

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 170 - SETEMBRO DE 2023

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	3

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	4
Decretos.....	5

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	8
Pareceres.....	10

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Márcio Luiz Fogaça Vicari
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
André Emiliano Uba



LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 18.666**28 DE JULHO DE 2023**

Altera a Lei Complementar nº 422, de 2008, que institui o Programa de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, com o fim de priorizar o atendimento à mulher vítima de violência doméstica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.667**28 DE JULHO DE 2023**

Dispõe sobre as sanções a serem aplicadas às pessoas jurídicas de direito privado, operadoras de planos de assistência ou seguro à saúde que estabelecerem limitação de prazo, valor ou quantidade de internações em hospitais ou clínicas médicas no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.668**28 DE JULHO DE 2023**

Dispõe sobre a disponibilização de acesso, no portal da Delegacia de Polícia Virtual de Santa Catarina, para o registro de ocorrências envolvendo crimes cometidos contra idosos. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.669**28 DE JULHO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as Leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para alterar e acrescer novos objetivos específicos à Semana Estadual da Cidadania. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.670**28 DE JULHO DE 2023**

Institui o Mês Março Azul para conscientização e prevenção do câncer de intestino e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.671**31 DE JULHO DE 2023**

Altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina”, para declarar integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina o evento “MARCHA PARA JESUS”. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.672**31 DE JULHO DE 2023**

Institui o Fundo Estadual de Apoio à Manuten-

ção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) e a assistência financeira para o pagamento das mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação frequentados por estudantes em instituições de ensino superior que especifica e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.673**2 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 16.979, de 3 de agosto de 2016, que dispõe sobre a criação da Rota das Estâncias Termas e Climáticas de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.674**2 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.675**10 DE AGOSTO DE 2023**

Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à garantia oferecida pela União em operação de crédito externo a ser celebrada entre a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.676**10 DE AGOSTO DE 2023**

Regulamenta as Transferências Especiais Voluntárias (TEVs) de que trata o § 3º do art. 123 da Constituição do Estado aos Municípios do Estado e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.677**16 DE AGOSTO DE 2023**

Concede o Título de Cidadão Catarinense a Michel Miguel Elias Temer Lulia. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.678**23 DE AGOSTO DE 2023**

Declara de utilidade pública a Associação de Pessoas com Deficiência Física, Águias de Concordeia e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.679**29 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no

âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Cultural Alquimídia. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.680**29 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual o Atlântico Futebol Clube (AFC), de Balneário Barra do Sul. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.681**29 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes de Chapecó (FCD) para Fraternidade Cristã de Pessoa com Deficiência de Chapecó/SC. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.682**29 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação do Centro de Apoio à Pessoa Idosa (CEAPI São Miguel) para Centro de Apoio à Pessoa Idosa de São Miguel do Oeste (CEAPI São Miguel), de São Miguel do Oeste. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 219**2 DE AGOSTO DE 2023**

Regulamenta o Programa Universidade Gratuita, instituído pela Lei Complementar nº 831, de 2023 para dispor sobre as orientações e procedimentos quanto a sua implementação e aplicação, no que diz respeito a admissão e obrigações das instituições universitárias e dos estudantes, a distribuição e destinação da assistência financeira destinada ao pagamento das mensalidades de cursos de graduação e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 220**3 DE AGOSTO DE 2023**

Regulamenta o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), instituído pela Lei nº 18.672, de 31 de julho de 2023, para dispor sobre as orientações e procedimentos quanto sua implementação e aplicação, no que diz respeito a admissão e obrigações das Instituições de Ensino Superior (IESs) e dos estudantes, a distribuição e destinação da assistência financeira, destinada ao pagamento das mensalidades de cursos de graduação e pós-graduação e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 221**3 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o art. 12 do Decreto nº 30, de 2023, que regulamenta o processo de contratação direta de que trata a Lei federal nº 14.133, de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 222**3 DE AGOSTO DE 2023**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 223**3 DE AGOSTO DE 2023**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 224**3 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 225**3 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 226**3 DE AGOSTO DE 2023**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 227**3 DE AGOSTO DE 2023**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 228**4 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 229**4 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e de resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 230**4 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 231**4 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 232**4 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre a homologação de pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 233**8 DE AGOSTO DE 2023**

Altera a ementa e o art. 10 do Decreto nº 4.196, de 1994, que dispõe sobre a Divisão Administrativa da Polícia Civil, fixa a jurisdição das delegacias circunscripcionais criadas no anexo XI, da Lei nº 8.240, de 12 de abril de 1991, e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 234**8 DE AGOSTO DE 2023**

Introduz a Alteração 4.652 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 238**10 DE AGOSTO DE 2023**

Autoriza a concessão do Parque Estadual da Serra Furada, no município de Grão-Pará e Orleans, para fins de exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação, bem como de serviços de gestão e operação dos atrativos existentes e a serem implantados na unidade de

conservação. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 244**16 DE AGOSTO DE 2023**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 245**16 DE AGOSTO DE 2023**

Institui o Programa Estrada Boa. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 247**18 DE AGOSTO DE 2023**

Autoriza o Poder Executivo a aceitar a doação, sem encargo, de imóvel no Município de Içara. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 248**18 DE AGOSTO DE 2023**

Autoriza o Poder Executivo a aceitar a doação, sem encargo, de imóvel no Município de Içara. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 251**21 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 782, de 2020, que regulamenta a Lei nº 17.801, de 2019, que institui o Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP-SC) e estabelece outras providências, e aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do FESP-SC. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 252**21 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre a atualização cadastral e lotacional periódica obrigatória dos agentes públicos ativos no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 253**24 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 254**24 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 255**24 DE AGOSTO DE 2023**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 256**24 DE AGOSTO DE 2023**

Introduz as Alterações 4.637 e 4.638 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

DECRETOS

DECRETO Nº 258

24 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC) e suas subsidiárias e da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 259

25 DE AGOSTO DE 2023

Altera o Anexo Único do Decreto nº 2.141, de 2022, que aprova a Classificação das Fontes ou Destinações de Recursos para o Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 260

29 DE AGOSTO DE 2023

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 261

29 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre a atualização cadastral e lotacional periódica obrigatória dos agentes públicos ativos no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional. [\(Inteiro teor\)](#)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 14.641

1º DE AGOSTO DE 2023

Declara manifestação da cultura nacional a tradição do uso, em romarias religiosas, do transporte conhecido como “pau de arara”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.642

1º DE AGOSTO DE 2023

Denomina João Batista Menegatti o viaduto localizado na rodovia BR-282, na travessia urbana do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.643

2 DE AGOSTO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo a implantar serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.644

2 DE AGOSTO DE 2023

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.645

2 DE AGOSTO DE 2023

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a educação profissional e tecnológica e articular a educação profissional técnica de nível médio com programas de aprendizagem profissional, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do cálculo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação

Continuada (BPC). [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.646

2 DE AGOSTO DE 2023

Confere ao Município de Lagoa Dourada, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Rocambolé. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.647

4 DE AGOSTO DE 2023

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a inexistência de vínculo empregatício entre entidades religiosas ou instituições de ensino vocacional e seus ministros, membros ou quaisquer outros que a eles se equiparem. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.648

4 DE AGOSTO DE 2023

Autoriza a ozonioterapia no território nacional. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.649

16 DE AGOSTO DE 2023

Inscribe no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Margarida Alves. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.650

23 DE AGOSTO DE 2023

Institui o Dia Nacional da Diálise. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.651

23 DE AGOSTO DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 14.286, de 29 de dezembro de 2021, para dispor sobre a aplicação e o julgamento da pena de perdimento de mercadoria, veículo e moeda. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.652

23 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre a faculdade de concessão, como garantia de operações de crédito, do direito de resgate assegurado aos participantes de planos de previdência complementar aberta, aos segurados de seguros de pessoas, aos cotistas de Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e aos titulares de títulos de capitalização. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.653

23 DE AGOSTO DE 2023

Altera as Leis nºs 12.651, de 25 de maio de 2012, e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para disciplinar a intervenção e a implantação de instalações necessárias à recuperação e à proteção de nascentes. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.654

23 DE AGOSTO DE 2023

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a divulgação dos estoques dos medicamentos das farmácias que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS). [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.655

23 DE AGOSTO DE 2023

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.656

23 DE AGOSTO DE 2023

Denomina Rodovia Antonio de Sousa Barros o trecho da rodovia BR-153 correspondente à

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

travessia urbana do Município de Colinas do Tocantins, no Estado do Tocantins. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.657

23 DE AGOSTO DE 2023

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que as partes e os advogados se retirem em caso de atraso injustificado do início de audiência. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.658

23 DE AGOSTO DE 2023

Institui o Estado do Tocantins como Rota Nacional do Turismo de Aventura, Ecológico, Rural, de Sol e Praia Doce, de Vivência, Cultural, Religioso e Gastronômico. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.659

23 DE AGOSTO DE 2023

Confere ao Município de Timbó, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Cicloturismo. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.660

23 DE AGOSTO DE 2023

Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.661

23 DE AGOSTO DE 2023

Acrescenta art. 1.815-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para determinar, nos casos de indignidade, que o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará a exclusão imediata do herdeiro ou legatário indigno. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.662

24 DE AGOSTO DE 2023

Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para determinar que a alteração de contrato de consórcio público dependerá de ratificação mediante leis aprovadas pela maioria dos entes federativos consorciados. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.663

24 DE AGOSTO DE 2023

Define o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2023; estabelece a política de valorização permanente do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024; e altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. ([Inteiro teor](#))

LEGISLAÇÃO FEDERAL

DECRETOS

DECRETO Nº 11.622

1º DE AGOSTO DE 2023

Altera o Decreto nº 11.422, de 28 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.623

1º DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.624

1º DE AGOSTO DE 2023

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.625

2 DE AGOSTO DE 2023

Altera o Decreto nº 5.069, de 5 de maio de 2004, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONAPE. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.626

2 DE AGOSTO DE 2023

Institui o Programa Povos da Pesca Artesanal. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.627

2 DE AGOSTO DE 2023

Promulga o Ato de Genebra do Acordo de Haia referente ao Registro Internacional dos Desenhos Industriais, concluído em Genebra, em 2 de julho de 1999. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.628

4 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.629

4 DE AGOSTO DE 2023

Altera o Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, o Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004, que Constitui o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE de que trata o art. 14 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e o Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.630

11 DE AGOSTO DE 2023

Institui a Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento - CIIA-PAC. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.631

11 DE AGOSTO DE 2023

Institui a Comissão Interministerial de Qualificação Profissional, Emprego e Inclusão Socioeconômica do Programa de Aceleração do Crescimento. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.632

11 DE AGOSTO DE 2023

Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.633

14 DE AGOSTO DE 2023

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados e não classificados dentro do quantitativo de vagas originalmente previsto no concurso público para os cargos do Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.634**14 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.635**16 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011, que regulamenta dispositivos da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.636**16 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 7.943, de 5 de março de 2013, que institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.637**16 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018, que regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.638**16 DE AGOSTO DE 2023**

Institui a Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.639**16 DE AGOSTO DE 2023**

Institui Grupo de Trabalho Interministerial para o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.640**16 DE AGOSTO DE 2023**

Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.641**16 DE AGOSTO DE 2023**

Institui o Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.642**16 DE AGOSTO DE 2023**

Institui o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.643**16 DE AGOSTO DE 2023**

Revoga a qualificação das participações acionárias remanescentes de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sua exclusão do Programa Nacional de Desestatização. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.644**16 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.645**16 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, para dispor sobre os valores de diárias devidas a militares em deslocamentos a serviço realizados no País. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.646**16 DE AGOSTO DE 2023**

Institui a Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.647**16 DE AGOSTO DE 2023**

Institui Grupo de Trabalho para a formulação de propostas que contribuam para a melhoria das bases de dados e da gestão dos processos e sistemas corporativos referentes aos benefícios operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.648**16 DE AGOSTO DE 2023**

Institui o Programa Energias da Amazônia. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.649**16 DE AGOSTO DE 2023**

Fixa, para a Aeronáutica, os quantitativos de vagas para promoções obrigatórias de Oficiais, para os Quadros que menciona, no ano-base de 2023. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.650**16 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.364, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.651**17 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 6.092, de 24 de abril de 2007, que regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.652**23 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.653**23 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, que regulamenta os art. 6º e art. 8º da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre os programas de revitalização dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e daquelas na área de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.654**23 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre o Escritório Financeiro em Nova Iorque, Estados Unidos da América, do Ministério das Relações Exteriores. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.655**23 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, que regulamenta o art. 1º-A, o art. 3º, o art. 4º, o art. 5º e o art. 5º-A da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências obrigatórias de recursos financeiros da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.656**23 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.657**23 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.271, de 5 de dezembro de 2022, que institui o Sistema de Gestão de Parcerias da União - Sigpar. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.658**23 DE AGOSTO DE 2023**

Fixa, para a Marinha, os quantitativos de vagas para promoções obrigatórias de Oficiais, para os Corpos e os Quadros que menciona, no ano-base de 2023. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.659**23 DE AGOSTO DE 2023**

Regulamenta o disposto no inciso VII do § 2º, no § 3º e no § 5º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para estabelecer o percentual de distribuição de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.660**24 DE AGOSTO DE 2023**

Remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão e funções de confiança para os Ministérios das Relações Exteriores e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e transforma funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.661**24 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.662**24 DE AGOSTO DE 2023**

Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria em Cooperação Científica e Tecnológica, firmado em Viena, em 19 de junho de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)¹

DECRETO Nº 11.663**24 DE AGOSTO DE 2023**

Promulga o Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, firmado em Santiago, em 26 de janeiro de 2013. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.664**24 DE AGOSTO DE 2023**

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana sobre Serviços Aéreos, firmado em Brasília, em 28 de junho de 2017. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.665**24 DE AGOSTO DE 2023**

Promulga o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Romênia sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, firmado em Brasília, em 13 de junho de 2017. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.666**24 DE AGOSTO DE 2023**

Promulga a Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, firmada pela República Federativa do Brasil em Kigali, em 15 de outubro de 2016. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.667**24 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.668**24 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre os benefícios fiscais de que tratam os art. 56, art. 57, art. 57-A, art. 57-C e art. 57-D da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, relativos a créditos da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, e sobre o acompanhamento desses benefícios fiscais, na forma prevista no art. 4º da Lei nº 14.374, de 21 de junho de 2022. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.669**28 DE AGOSTO DE 2023**

Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de proposta de regulamentação da negociação das relações de trabalho no âmbito da administração pública federal. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.670**30 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.671**30 DE AGOSTO DE 2023**

Institui o Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.672**30 DE AGOSTO DE 2023**

Institui a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco e de seus Protocolos. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.673**30 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 10.333, de 29 de abril de

2020, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.674**30 DE AGOSTO DE 2023**

Institui o Programa Nacional de Qualificação e Ampliação dos Serviços Prestados por Hospitais Universitários Federais Integrantes do Sistema Único de Saúde. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.675**30 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 9.327, de 3 de abril de 2018, que regulamenta a Loteria Instantânea Exclusiva. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.676**30 DE AGOSTO DE 2023**

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.677**30 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 11.326, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações da Vice-Presidência da República, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.678**30 DE AGOSTO DE 2023**

Altera o Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, para regulamentar disposições relativas ao Programa de Alimentação do Trabalhador. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.679**31 DE AGOSTO DE 2023**

Institui o Plano Brasil Sem Fome. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.680**31 DE AGOSTO DE 2023**

Convoca a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. [\(Inteiro teor\)](#)

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE Nº 80/2023

09.08.2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no § 1º do art. 102 do Anexo I do Decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018, e art. 5º, da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei Complementar nº 783, de 23 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar ULLYSSES PROCHASKA LEMOS, ocupante do cargo de Advogado Autárquico, matrícula 0961870-8-01, para atuar na Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010.

Art. 2º Fica mantida a responsabilidade do advogado ULLYSSES PROCHASKA LEMOS pelo passivo de processos judiciais que lhe forem distribuídos no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) até a data da publicação da presente portaria, pendentes de manifestação.

Art. 3º O Advogado Autárquico ora designado passará a receber distribuições de processos judiciais da FCEE somente após 20 (vinte) dias corridos da data de publicação da presente portaria.

Art. 4º Ficam cessados os efeitos da Portaria nº 29/2022, publicada no DOE de 02 de fevereiro de 2022.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 81/2023

01.08.2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais e, com fundamento no art. 7º, § 1º, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, e pelo art. 4º, inciso II e alínea b do Decreto nº 1.860, de 13 de abril de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar JOAO LUCAS MARQUES, ocupante do cargo de Assistente Pessoal do Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos, matrícula 988.841-1-03, a conduzir veículo oficial pertencente à frota da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 82/2023

02.08.2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.860, de 13 de abril de 2022, e de acordo com o que consta dos autos PGE 5358/2023,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR GUILHERME WENDHAUSEN PEREIRA, matrícula nº 393.645-7-01, GERENTE DE GESTÃO DE PESSOAS, para responder cumulativamente, pela função gratificada de GERENTE DE APOIO OPERACIONAL, nível FG-2, da PGE, em substituição a titular, GIGLIOLAARAUJO SIQUEIRA DA COSTA, matrícula nº 954.014-8-01, durante o usufruto de férias, no período de 07/08/2023 a 26/08/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 83/2023

09.08.2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, e de acordo com o que consta dos autos PGE 5531/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Avaliação de Projetos do Mestrado Profissional da UFSC, referente ao EDITAL CEST Nº 004/MESTRADO PROFISSIONAL UFSC – PGE/2023, no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A Comissão de que trata o art. 1º será composta pela Procuradora-Chefe do Centro de Estudos FABIANA GUARDINI NOGUEIRA, como Coordenadora, pelas Procuradoras do Estado TATIANA CORAL MENDES DE LIMA e ELUSA MARA DE MEIRELLES WOLFF, e pelos servidores JULIANO RICARDO ZIMMERMANN e MAIRA HELENA DE SOUZA VICENZI.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 84/2023

14.08.2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada, para atuar na Consultoria Jurídica (COJUR), a Procuradora do Estado Andréia Cristina da Silva Ramos, matrícula nº 0384188-0-01, com efeitos a contar de 15/08/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de

sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 85/2023

21.08.2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 4º, inc. V, alínea d, item 10 do Decreto nº 1.860/2022 e, considerando o disposto no art. 80, inc. III da Lei nº 6.745/1985 c/c Decreto nº 770/1987 e, de acordo com o que consta dos autos PGE 5049/2023,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA ESPECIAL à servidora Karine Froner, matrícula nº 388.779-0-01, ocupante do cargo de Assistente Jurídico, lotada na PGE, por 1 (um) ano, sem prejuízo da remuneração, respeitado o cumprimento de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 86/2023

24.08.2023

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso da competência prevista no art. 6º do Anexo Único do Decreto nº 1.688, de 14 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para compor a Banca Examinadora da Segunda Prova Prática do 10º Concurso Público para Ingresso na Carreira de Procurador do Estado de Santa Catarina:

I - Membros Titulares:

a) Queila de Araújo Duarte Vahl, Procuradora do Estado;

b) Nataniel Martins Manica, Procurador do Estado; e

c) Vanessa Azevedo Barcelos, advogada (OAB/SC n. 21.201/SC) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina;

II - Membros Suplentes:

a) Rogério de Luca, Procurador do Estado;

b) Weber Luiz de Oliveira, Procurador do Estado; e

c) Filipe Ximenes de Melo Malinverni, advogado (OAB/SC n. 26.426/ SC) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina.

Art. 2º Fica designada a servidora Karen Regina Inácio Noronha, matrícula nº 950.332-3-01, para atuar como Secretária da Banca Examinadora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EZEQUIEL PIRES

Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE Nº 87/2023

28.08.2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no §1º do art. 102 do Anexo I do Decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018, e art. 5º, da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei Complementar nº 783, de 23 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar GERALDO STELIO MARTINS, ocupante do cargo de Advogado Autárquico, matrícula 0364203-8-01, para atuar no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV), conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010. Art. 2º Fica o Advogado Autárquico ora designado autorizado a solicitar a redistribuição dos processos judiciais do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) que estiverem sob sua responsabilidade na data da publicação desta portaria, assumindo, imediatamente, suas funções no IPREV. Art. 3º Ficam cessados os efeitos da Portaria GAB/PGE nº 10/2022, publicada no DOE de 02 de fevereiro de 2022. Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

2023, corresponde a R\$ 65.346,93 (sessenta e cinco mil trezentos e quarenta e seis reais e noventa e três centavos).

Art. 3º Fica revogada a Portaria GAB/PGE 81, de 16 de julho de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 91/2023

30.08.2023

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria nº 5/2023, publicada no DOE de 11/01/2023, e conforme processo PGE 5923/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar ADEMIR MARIANO, 3º Sargento PM RR, matrícula 919506-8, a conduzir veículo oficial pertencente à frota da Procuradoria-Geral do Estado, durante o período de férias de EVANDRO JOÃO DE SOUZA, 3º Sargento PM RR, matrícula 922249-9 (04/09/2023 a 03/10/2023).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 04/09/2023.

EZEQUIEL PIRES

Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos

PORTARIA GAB/PGE Nº 88/2023

25.08.2023

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, e de acordo com o consta do processo PGE 5837/2023, CONSIDERANDO a necessidade de atualizar os valores previstos no § 2º do art. 4º e nos arts. 7º, 8º e 9º da Lei Estadual nº 18.302, de 23 de dezembro de 2021; e CONSIDERANDO que, nos termos do disposto no art. 16 da Lei Estadual nº 18.302, de 2021, a atualização monetária será calculada com base no índice oficial adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC);

RESOLVE:

Art. 1º O valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) previsto no § 2º do art. 4º e no art. 9º da Lei Estadual nº 18.302, de 23 de dezembro de 2021, corrigido pelo índice oficial adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC) até a data de 1º de agosto de 2023, corresponde a R\$ 326.734,64 (trezentos e vinte e seis mil setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 2º O valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) previsto nos arts. 7º e 8º da Lei Estadual nº 18.302, de 2021, corrigido pelo índice oficial adotado pelo TJSC até a data de 1º de agosto de

PARECERES

PARECER Nº 310/2023-PGE

Referência: SICOS 754/2023

Assunto: Consulta sobre o Termo de Fomento no 2022TR001443

Origem: Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço (SICOS)

Autor: Evandro Régis Eckel

Direito Administrativo. Termo de Fomento. Parceria regida pela Lei n. 13.019/2014 e pelo Decreto estadual n. 1196/2017. Prazo expirado. Prorrogação, de ofício, após o término da vigência. Impossibilidade. Arts. 55 da Lei n. 13.019/2014 e art. 31 do Decreto Estadual n. 1196/2017. Previsão expressa de necessidade de realizar a prorrogação antes da extinção da parceria.

PARECER Nº 316/2023-PGE

Referência: SCC 10278/2023

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 0118/2023

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Marcos Alberto Tião

Autógrafo. Projeto de Lei n. 0118/2023, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e estabelece outras providências". Emendas parlamentares. Necessidade de vínculo de pertinência temática com o projeto original e compatibilidade com o plano plurianual. Art. 166, §4o, da CRFB e art. 122, §3o, da CE/SC. Jurisprudência do STF.

Inconstitucionalidade dos arts. 9o, §1o, inc. III; 29; 35, §3o; 47; 48; 50 e 63 incs. III e IV e §3o. Violação aos arts. 165, § 2o da CRFB e 120, § 3o, da CE/SC. Ofensa ao sigilo fiscal. CTN, art. 198. Princípio da independência dos poderes (CRFB, art. 2o; CE/SC, art. 32). Violação ao princípio da reserva de administração. Ausência de óbices jurídicos, em tese, para a sanção dos demais dispositivos.

PARECER Nº 317/2023-PGE

Referência: DSUST 4106/2019.

Assunto: Providências relativas ao Contrato no 003/2019 (SDE)

Origem: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (DSUST)

Autor: Zany Estael Leite Júnior

Direito Administrativo. Gestão e Fiscalização de contrato pactuado pela extinta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE). Objeto contratual referente ao fornecimento de solução tecnológica para gestão da outorga de recursos hídricos. Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Competência absorvida pela SEMAE. Art. 33-B, incisos I e X, da LC 741, de 2019, na redação

dada pela Lei no 18.646, de 5 de junho de 2023.

Parecer no 264/2023-PGE.

PARECER Nº 325/2023-PGE

Referência: ARES 1508/2022

Assunto: Prescrição da pretensão punitiva

Origem: Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)

Autor: Leonardo Jenichen de Oliveira

Prescrição da pretensão punitiva da Administração Pública. Contagem do tempo.

Processo administrativo para aplicação de penalidade no âmbito da regulação e fiscalização de serviços públicos sob responsabilidade da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC). Ilegalidade da Resolução ARES 1508/2022. Prevalência do Decreto 20.910/1932. Teoria da actio nata. Doutrina.

Jurisprudência.

PARECER Nº 326/2023-PGE

Referência: PGE 3687/2023

Assunto: Orientação normativa.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Autor: Zany Estael Leite Júnior

Orientação. Prerrogativa prevista no art. 110-C do Decreto Estadual no 1.485, de 2018, que aprovou o Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (PGE). Interpretação teleológica do art. 7o da Lei Estadual no 18.302, de 2021. Possibilidade jurídica.

PARECER Nº 327/2023-PGE

Referência: SCC 7843/2023

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei n. 0414.8/2021.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Francisco Guilherme Laske

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 0414.8/2021, de iniciativa parlamentar, que "Disciplina o fornecimento de medicamentos a base de substância ativa canadibiol (CDB) para condições médicas debilitantes no âmbito do sistema público de saúde no Estado de Santa Catarina."

1. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado para deflagração do processo legislativo sobre organização e funcionamento da Administração Pública (arts. 61, § 1o, II, "e" e 84, VI, "a", da CRFB, e 50, § 2o, VI e 71, IV, "a", da CESC).

2. Inconstitucionalidade material. Violação à separação dos poderes (CRFB, art. 2o, caput).

3. Inconstitucionalidade da proposição em sua integralidade. (Precedente no Parecer no 379/2022-PGE)

PARECER Nº 328/2023-PGE

Referência: SCC 8006/2019

Assunto: Possibilidade de revogação da Portaria no 195/GABS/SSP, de 23.06.2017, que trata da apuração crime doloso praticado por policial militar em serviço contra vida de civil e sua autoria.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Associação Internacional das Justiças Militares (AIJM)

Autor: André Doumid Borges

Requerimento de revogação da Portaria no 195/GAB/SSP, de 23/06/2017. Objeto que interfere nas atribuições das Polícias Civil e Militar. Competência do Tribunal do Júri para julgamento do crime doloso contra a vida praticado por policial militar contra civil.

Atribuição de investigar a prática de tais crimes é da Polícia Civil, por força do art. 125, § 4o, da CRFB, conforme já decidiu o STJ no CC 144919. No entanto, não há ilegalidade se houver duplicidade de investigação (AgRg no RHC 122680). Em tal situação, caso o IPM seja realizado, seu relatório não deve ser enviado à Justiça Militar, mas à Justiça Comum. Nesses casos, quando encaminhada a peça informativa ao Juízo Militar, cabe-lhe, tão somente, cumprir a determinação prevista no art. 82, § 2o, do CPPM: "nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum" (STF RE 1279828 ED). Necessidade de manifestação do Ministério Público Estadual, uma vez que cabe a ele exercer o controle externo da atividade policial, consoante o disposto no art. 129, VII, da Constituição Federal.

PARECER Nº 329/2023-PGE

Referência: SCC 10252/2023.

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 250/2022.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Autor: Zany Estael Leite Júnior

Autógrafo. Projeto de Lei n. 250/2022, de iniciativa parlamentar, que "Altera o Anexo Único da Lei no 18.531, de 2022, que 'Consolida as Leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado', para alterar e acrescentar novos objetivos específicos à Semana Estadual da Cidadania".

1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado.

2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre educação e ensino (CRFB, art. 24, IX). Competência concorrente entre União, Estados,

PARECERES

Municípios e Distrito Federal. 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador estadual para normatização da educação e ensino. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

PARECER N° 334/2023-PGE

Referência: SCC 7157/2023

Assunto: Solicitação de análise de Recurso Hierárquico.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: S.B.

Autor: Marcos Alberto Titão

Direito Administrativo. Pedidos sucessivos de revisão de ato administrativo.

Indeferimento. Prescrição quinquenal (art. 1o, Decreto n. 20.910/32). Reiteração do pedido em "Recurso Hierárquico". Descabimento. Ausência de penalidade administrativa. Não conhecimento.

PARECER N° 340/2023-PGE

Referência: DSUST 7582/2020

Assunto: (In)viabilidade de utilização de fontes e métodos alternativos de abastecimento de água, por parte das edificações para uso não residencial ou dos condomínios, independentemente da ausência de redes públicas de saneamento básico no local. Interpretação do art. 45, parágrafos 11 e 12, na redação conferida pela Lei Federal no 14.026, de 15 de julho de 2020, que instituiu o Novo Marco Legal do Saneamento Básico (NMLSB).

Origem: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (DSUST)-Extinta pela Lei estadual n. 18.646/2023

Autor: Marcos Alberto Titão

Consulta formulada pela extinta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (DSUST) acerca da possibilidade de utilização de fontes e métodos alternativos de abastecimento de água, por parte das edificações para uso não residencial ou dos condomínios regidos pela Lei no. 4.591, de 1964, independentemente da ausência de redes públicas de saneamento básico no local.

Análise dos §§11 e 12 do art. 45 do Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

Desenvolvimento do princípio basilar da novel legislação: princípio da universalização do serviço de saneamento básico. Premissa fundamental para a compreensão do objeto desta consulta. Cumprimento da meta de universalização do serviço de saneamento básico depende da sustentabilidade econômica-financeira do serviço disponibilizado pelos prestadores do serviço (seja diretamente pelo município, seja

pela companhia estatal, seja pela concessionária privada).

Sustentabilidade econômica-financeira depende do uso remunerado decorrente da conexão de todos os imóveis situados em locais atendidos por redes públicas de água e esgoto, inclusive prédios, edifícios e condomínios. Vedação à utilização alternativa de água (pluvial, de reúso ou subterrânea) ao consumo humano, salvo na hipótese do §1o do art. 45 da Lei no 11445/2007. Necessidade de interpretação sistemática dos §§11 e 12 do art. 45 em harmonia ao caput do mesmo artigo, e demais legislação correlata (art. 51, parágrafo único da Lei no. 4591/1964, que dispõe sobre as incorporações imobiliárias). Resolução no 02, de 14 de agosto de 2014, que "Dispõe sobre o uso das águas subterrâneas no Estado de Santa Catarina".

PARECER N° 348/2023-PGE

Referência: SCC 8876/2023

Assunto: Contrato de Patrocínio – Brasil Beer Cup e Beer Summit 2023.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Autor: Marcos Alberto Titão

Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Contrato de Patrocínio. Inviabilidade de competição. Contratação Direta. Art. 25, caput, da Lei no 8.666/1993.

Cumprimento de requisitos previstos em norma especial. Interesse na geração de reconhecimento e ampliação do relacionamento do patrocinador com a sociedade.

Art. 3o, inc. II, da Lei Estadual n.o 18.296/2021. Viabilidade jurídica da celebração do contrato de patrocínio.

PARECER N° 351/2023-PGE

Referência: SCC 11210/2023

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei Complementar n. 004/2023.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Autor: Zany Estael Leite Júnior

Pedido de diligência. Projeto de Lei Complementar n. 004/2023, de iniciativa parlamentar, que "Altera a Lei Complementar no 773, de 11 de agosto de 2021, que "Dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina e adota outras providências". 1. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado para deflagração do processo legislativo sobre o regime jurídico de servidores públicos (arts. 61, § 1o, II, "c", da CRFB/1988, e 50, § 2o, IV, da CESC/1989). 2. Ausência de instrução dos autos do processo le-

gislativo com estimativa do impacto orçamentário e financeiro da alteração de despesa obrigatória e renúncia de receita (art. 113, do ADCT). 3. Inconstitucionalidade integral da proposição.

PARECER N° 359/2023-PGE

Referência: SCC 11716/2023

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei n. 0187/2023

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Zany Estael Leite Júnior

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 0187/2023, de iniciativa parlamentar, que "Autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos de cessão onerosa de direito à nomeação de eventos e equipamentos públicos no Estado de Santa Catarina (Naming Rights)". 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre direito administrativo. 3. Constitucionalidade material.

Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização de exploração econômica de bens públicos. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

PARECER N° 360/2023-PGE

Referência: SCC 11205/2023

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei Complementar n. 0010/2023.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Autor: André Doumid Borges

Pedido de diligência. Projeto de Lei Complementar n. 10/2023, de iniciativa parlamentar, que "Acrescenta art. 9o-A à Lei Complementar no 765, de 2020, que "Regulariza a remuneração dos integrantes das carreiras pertencentes às instituições que constituem a Secretaria de Estado da Segurança Pública, institui o Regime Remuneratório Especial dos Militares Estaduais e estabelece outras providências", par instituir a gestão associada de segurança pública, mediante convênio celebrado entre o Estado de Santa Catarina e os Municípios catarinenses". 1. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado para deflagração do processo legislativo sobre a organização, o regime jurídico, a fixação ou modificação do efetivo da Polícia Militar (art. 50, § 2o, I e 71, inciso I e II, da CESC/1989). 2. Inconstitucionalidade material. Violação à separação dos poderes (art. 2o da FRB/1988).

3. Inconstitucionalidade da proposição em sua integralidade.

PARECER N° 362/2023-PGE

Referência: SCC 11692/2023

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei no 0222/2023

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Autor: Zany Estael Leite Júnior

Pedido de diligência. Projeto de Lei no 0222/2023, de iniciativa parlamentar, que “Dispõe sobre o aproveitamento de armas de fogo e munições apreendidas em operações realizadas pela Polícia Civil e Militar do Estado de Santa Catarina”.

Ausência de vício de inconstitucionalidade.

PARECER N° 363/2023-PGE

Referência: PGE 5483/2023

Assunto: Análise de Minuta de Inexigibilidade de Licitação

Origem: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (CEST)

Interessados: Estado de Santa Catarina, pela sua Procuradoria-Geral, e o Instituto Nacional Iris.

Autor: Francisco Guilherme Laske

Contratação de aquisição de inscrições, pela Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, em Congresso objetivando a capacitação de servidores da área de Contadoria do Órgão, sob a modalidade de inexigibilidade de licitação.

Observância dos requisitos materiais e formais na elaboração da respectiva minuta de contratação. Esteio legal para o ajuste que se extrai dos termos do Art. 74, incisos I e III, alínea f, da Lei Federal no 14.133, de 01 de abril de 2021.